## Porto Alegre/RS - Brasil Ano XIX - N° 121 Dezembro/2011

A REVISTA DO ADMINISTRADOR - CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - CRA-RS - ISSN: 2236-573;



O que esperar da economia em 2012?

## Não termina na lata do lixo



o mundo empresarial tem uma forte aliada: a lei. Faz mais de um ano que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi sancionada, mas a sua efetiva aplicação por todos ainda é um desejo. O que não surpreende, pois quem lida com a questão ecológica sabe que as mudanças não acontecem do dia para a noite. A própria PNRS teve quase 20 anos de tramitação no Congresso Nacional.

A lei 12.305/10 estabelece a coleta seletiva, reciclagem, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, um trabalho que envolve os municípios e as empresas. Com a logística reversa, toda a cadeia – da indústria às lojas – passa a ser responsável pela destinação do produto depois que ele não interessa a mais ninguém. Os resíduos devem retornar a seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos.

Devem ser recolhidos embalagens de materiais agrotóxicos, pilhas, baterias, pneus, óleos lubrificantes, lâmpadas e eletro-eletrônicos. O presidente do Conselho de Logística reversa do Brasil Paulo Roberto Leite diz que houve um avanço. "O PNRS é uma coroação para nós, pois no início das discussões nem se falava em logística reversa. E, no fim, o Plano ficou 80% logística reversa".

Ele explica que existem produtos que voltam naturalmente aos fabricantes, sem grande esforço, porque há condições de mercado. "São as latas de alumínio, alternadores de carro e etc. Mas há outros que não voltam porque não existem essas condições, não há lucro nessa operação. Mas como eles precisam voltar, até por questões contaminantes e de perturbação urbanística, há necessidade da lei", diz.

Para Leite, ainda é difícil conseguir a proatividade das empresas. "Quando um produto retorna depois da compra

por uma reclamação do cliente, a empresa se sente relacionada; o cliente reclamou, ela tem que tomar providência. Mas no fim de vida do produto, as empresas não se sentem responsáveis. De quem é a responsabili-

dade? Do consumidor, do varejista? A culpa fica difusa. Por isso a legislação, todos que se envolveram na cadeia são responsáveis, até o consumidor final", afirma.

Leite destaca, no entanto, que a cadeia deve trabalhar de forma unida, um facilitando a vida do outro. "O consumidor final não é o maior responsável. Ele não devolve se não há condições logísticas para isso. Pede-se que ele devolva a pilha no shopping. Mas por que ir ao shopping? Não é melhor devolver na padaria, na farmácia ao lado de casa?", diz.

Ele diz que com a sanção da lei, os setores estão se movimentando e o diálogo com o Ministério do Meio Ambiente e a sociedade ainda está aberto. "A aplicação é gradual. Temos que dar tempo ao tempo. São planos difíceis, complexos, que precisam ser bem estudados. Certamente existem muitas dificuldades, não só entre fabricantes e comércio. A logística reversa constitui custos, que serão transferidos para os preços dos produtos", diz.

Se uma empresa respeita a lei e outra não, vem as diferenças de valores, o que torna a fiscalização fundamental para a concorrência justa. "Nada que não possa ser equacionado. Temos bons exemplos fora do Brasil. E as empresas podem aproveitar a adoção dessas medidas", diz Leite, em

referência à onda verde que atinge os consumidores, que querem empresas ambientalmente responsáveis.

"Ainda é difícil conseguir a proatividade das empresas."

Paulo Roberto Leite – Presidente do Conselho de Logística reversa do Brasil





## Direto com o fabricante

Érico Scherer, sócio da Reverse, empresa de Novo Hamburgo que recebe e desmonta materiais eletrônicos para a correta destinação dos resíduos tecnológicos, também acredita que mais adiante o valor do descarte ecologicamente correto estará embutido no preço do produto. "Hoje, trabalhamos com o consumidor final, mas acho que no futuro será com o fabricante mesmo. Se um notebook custa R\$ 1500 passará a R\$ 1600", comenta.

A empresa surgiu em 2008. Seus três sócios já trabalhavam na área ambiental na região e perceberam a necessidade do serviço. Quando os produtos chegam, já são vistos como resíduos. "Nós não temos interesse em revender as partes para serem usadas como peças em outro produto, mas na eliminação do passivo ambiental. Na transformação em matéria-prima. Tem outras

Os eletrônicos são desmontados no estado, mas os processos químicos acontecem em São Paulo e até no exterior, pois algumas partes não podem ser mexidas no Brasil. "Optamos por uma empresa de Cingapura que tem filial em São Paulo. Todo o processo é controlado, com documentação", diz Scherer. O que não pode ser reduzido à matéria-prima para novos produtos, vai para o aterro. "Mas é em torno de 2% a 3%. É uma peça que está muito manchada de tinta, um isoporzinho muito pequeno", explica Scherer.

Ele acredita que o mercado é muito grande, mas tem gargalos importantes. Como a economia é global, às vezes o fabricante está na China. Levando-se em conta a ideia de que a responsabilidade é de todos que estão na cadeia, o importador não pode se ausentar. Outra

questão diz respeito à pirataria. "Das pilhas comercializadas no Brasil, 40% são piratas. Mesmo que haja um posto de coletas, quem vai recolhê-las?", questiona.

## 2011 FOI UM ANO INESQUECÍVEL PARA O BRASIL E PARA MILHÕES DE BRASILEIROS.

empresas que optam pelo reuso. Existe esta discussão ainda

no mercado", comenta.



a os que mudaram para uma casa major e para os que realizaram o sonho da casa préprie



SAC CAIXA: 0800 726 0101 - Irium

e para os que começaram seu próprio negócio.



Para os que comemoraram o sucess



e para os que conquistaram as primeiras vitárias

COMEMORE TUDO ISSO E VIVA INTENSAMENTE CADA MINUTO DE 2012.

A CAIXA ESTARÁ AO SEU LADO EM TODOS ELES.



